

A revista «Pela Grei» (doutrina e prática políticas) **

INTRODUÇÃO

Pela Grei — Revista para o Ressurgimento Nacional pela Formação e Intervenção de Uma Opinião Pública Consciente foi fundada em princípios de 1918, portanto em pleno consulado sidonista, e em 20 de Maio de 1919 saiu o seu sétimo e último número. Órgão da Liga de Acção Nacional ¹, era dirigida por António Sérgio, e nela também colaboraram Ezequiel de Campos, Silva Teles, Barros Queirós, João Perestrelo, Reis Santos, Raul Proença, A. Reis Machado, Constantino José dos Santos, Pedro José da Cunha, J. de Magalhães Lima, António Arroio e A. Celestino da Costa. Sérgio e Ezequiel de Campos, que, juntamente com Proença, viriam a ser figuras de proa da futura *Seara Nova* (1921-26), eram de longe os elementos mais influentes. Equivale isto a dizer que *Pela Grei* representava uma corrente específica, oposta aos monárquicos e católicos conservadores, mas também ao republicanismo «jacobino» que vinha dominando a cena política portuguesa desde o 5 de Outubro de 1910.

A fundação de *PG*, enquanto projecto de «ressurgimento» no quadro político sidonista, é suficientemente compreensível à luz de dois elementos interliga-

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

** Tal como para as citações ao longo do texto, mantivemos nos títulos das obras abaixo a pontuação e a ortografia originárias.

¹ A Liga de Acção Nacional (LAN), também fundada em 1918, tinha por presidente Pedro José da Cunha, reitor da Universidade de Lisboa, e por secretários-gerais Reis Santos, assistente de faculdade, e António Sérgio. Além destes e dos colaboradores da revista *PG* (excepto Ezequiel de Campos, que não figura como membro da Liga), destacam-se os nomes de Martinho Nobre de Melo, futuro ministro dos Negócios Estrangeiros do sidonismo, Marck Atias, professor da Faculdade de Medicina, Rui Enes Ulrich, director do Banco de Portugal e próximo do integralismo, e Francisco António Correia, director do Instituto Superior de Comércio. Das 42 individualidades que fundaram a Liga, 8 eram professores universitários, 5 professores de outros ramos de ensino, 4 estudantes universitários, 3 escritores e ensaístas, 3 engenheiros, 3 directores de importantes instituições bancárias, 3 tipógrafos, 2 advogados, 2 oficiais das forças armadas (um deles general), 2 «agricultores», 1 proprietário colonial, 1 comerciante, 1 médico, 1 escultor, 1 dirigente operário, 1 inspector de ensino e 1 inspector da sanidade escolar; estas profissões associavam-se por vezes a outras. Segundo os seus estatutos, a Liga era «uma agremiação de cidadãos portugueses e de associações aderentes, com o fim de imprimir uma vida nova de trabalho produtivo à sociedade portuguesa, promovendo a transformação moral, a refundição de todo o ensino, o fomento económico (incluindo novos processos de colonização), a reorganização financeira, a educação cívica e as reformas sociais, no sentido de uma política nacional que, resolvendo a crise presente, garanta a independência, a prosperidade e o progresso da Nação e permita realizar o máximo de condições favoráveis à plena e legítima expansão das actividades individuais». Sem «carácter político partidário nem religioso confessional», independente do Estado e dos governantes, a Liga pensava conseguir os fins indicados através da propaganda (publicações, debates, conferências, congressos), de «representações junto dos poderes públicos» e da «cooperação com outras associações». Do ponto de vista organizativo, a Liga «compreende uma Junta Geral, juntas regionais, juntas locais, associações aderentes, núcleos e secções no estrangeiro». Além da publicação da revista *PG*, pouco se sabe das actividades da agremiação.

dos: a «crise portuguesa», não debelada pela República e agravada pelos encargos e dificuldades impostos pela guerra; e a política «nacional» e regeneradora prometida pelo golpe de Dezembro de 1917, que derrubara o Governo monocolor democrático sob a chefia de Afonso Costa. O carácter «nacional» da revolta era aliás perceptível no vasto bloco de apoio social e político de que inicialmente usufruiu e do qual só se excluíam praticamente o partido governamental e certos estratos da pequena e média burguesia republicana que beneficiavam da «política de guerra» de Afonso Costa. Foi precisamente esta política que, ao acicatar descontentamentos vários, nem sempre coincidentes, permitiu a formação de um apoio tão vasto².

O presente estudo procura essencialmente sondar o tema das relações entre o nacionalismo perfilhado por *PG* e o autoritarismo que na época se manifestava de forma vinculada pela Europa³. Este último tinha as suas origens nas correntes que Sternhell designa por «geração da década de 1890», que inclui, segundo o mesmo autor, d'Annunzio, Corradini, Barrès, Drumond, Sorel, Lagarde, Langbehn e M. van den Bruck, entre outros. Em geral, estes autores prosseguiram a sua intervenção político-doutrinária durante as primeiras décadas do século XX, juntando-se-lhes então novas figuras, tais como Maurras, Georges Valois, Mosca, Pareto, Gentile, Mussolini e Primo de Rivera.

A geração de 90 operou uma mudança de carácter do nacionalismo. Se este, no decorrer da maior parte do século XIX, estava fortemente imbuído de valores democráticos, universalistas e emancipalistas, herdados da Revolução Francesa e da filosofia dos direitos naturais, em finais do século passou a combinar-se com um antiliberalismo e um antidemocratismos mais ou menos radicais — combinação que em certos países preparou eficazmente o clima intelectual e moral para a aceitação do fascismo e forneceu à doutrina fascista um corpo de ideias relativamente sistematizado.

A fim de evidenciar as relações doutrinárias entre *PG* e a geração de 90 e suas sequências, debruçamo-nos sucessivamente sobre a definição de «grei», sobre o projecto socioeconómico de «ressurgimento nacional» da Liga de Acção Nacional e sobre a estratégia política e o modelo de Estado propostos pela revista, tentando completar o significado destes elementos pela sua articulação ao quadro político sidonista.

O PROJECTO DE GREI

1. A DEFINIÇÃO DE GREI

«Pela Grei», lê-se no editorial do n.º 1 da revista⁴, quer dizer «pela Nação, pelo Povo, pela Comunidade portuguesa» no mundo, comunidade que não é mera «coleção de indivíduos» da mesma língua e sob o mesmo Estado, mas a «grande família», um todo, com sentimentos, ideias e *aspirações* comuns».

² Este apoio provinha, *grosso modo*, dos proprietários do «mundo agrário», da grande burguesia industrial, do comércio de *import-export*, das classes que viviam de rendimentos fixos, dos empregados, dos funcionários públicos, do proletariado e dos camponeses pobres. Politicamente, congregava o Partido Unionista, de Brito Camacho, representante do capital agrário e industrial; o Partido Evolucionista, de António José de Almeida, representante das «Classes médias»; o grupo de Machado Santos; o Partido Socialista e outros pequenos grupos.

³ O nacionalismo antiliberal será aqui tratado de forma genérica, não vindo ao caso entrar nas suas variantes. Algumas destas existiam em Portugal. Por outro lado, os elementos que apresentamos sobre o nacionalismo antiliberal à escala internacional são principalmente extraídos das obras seguintes: Marcel Prélot, *Histoire des Idées Politiques*, Paris, Dalloz, 1966, pp. 530-547; e Zeev Sternhell, «Fascist ideology», in *Fascism*, Londres, ed. Walter Laqueur, Penguin Books, 1979, pp. 325-409.

⁴ «Do intuito e natureza desta revista.»

O indivíduo identifica-se por completo com a colectividade, dado que depende moral e materialmente da grei; a consciência individual reflecte «as ideias, os desejos e os sentimentos sociais». Deste modo, o interesse superior da grei não dita o «sacrifício real do indivíduo», mas o «desenvolvimento da sua verdadeira personalidade». Trabalhar pela grei, e portanto para si próprio, é trabalhar pela consciência e interesse da comunidade e, simultaneamente, «contra todos os sentimentos e acções que traem o interesse da comunidade». Finalmente, «trabalhar pela Grei é trabalhar pelo Povo, na acepção espiritual e compreensiva desta palavra, em que nos incluímos todos nós—se bem que nem todos no mesmo grau e nos vários aspectos da sua vida, não dependendo esse grau da classe social do indivíduo, mas da sua consciência de participante da comunidade».

Não deixa de ser curioso o facto de a grei ser definida como perfeita harmonia, precisamente numa altura em que os conflitos sociais, não obstante o sidonismo, demonstram o contrário. A verdade é que, algo contraditoriamente, se reconhecia que a grei era uma ideia por concretizar, tanto mais necessária quanto pairavam sobre o País ameaças internas (a «bacanal da plebe desenfreada») e externas (nomeadamente a perda das colónias, independentemente do desfecho da guerra mundial). A realidade actual era o «estado crónico de guerra civil, nas circunstâncias terríveis da economia nacional». A quem atribuir as responsabilidades por esta situação? Aos políticos e a «nós todos»: a crise portuguesa, aberta pelas invasões napoleónicas e pela perda do Brasil, era, primeiro que tudo, a crise da «vida orgânica da Nação, a da política, a da ordem pública»; o Estado, alvo da luta dos grupos inimigos, era incapaz de reconhecer os interesses da Nação, e portanto de superar os seus males. Mas a causa última desta crise era a «obliteração da consciência social em cada um dos Portugueses»⁵.

Este breve sumário das primeiras linhas da revista evidencia a presença de uma forte componente nacionalista, que integra alguns princípios e análises que rompem claramente com o liberalismo «clássico» e se assemelham às formulações do novo nacionalismo autoritário. Refiram-se a rejeição do individualismo «atomístico», em nome da superioridade do todo nacional; o desejo de substituir as classes e as suas lutas pela solidariedade nacional; o discreto apelo ao combate contra todas as iniciativas divisionistas; a visão de que as causas dos problemas nacionais são quase exclusivamente políticas; finalmente, a concepção de que a renovação da Nação passa pela energia idealista gerada pela solidariedade nacional. Sendo certo que *PG* retomou temas fulcrais do novo nacionalismo, resta saber até onde acompanhou a lógica antiliberal inscrita neste.

2. A DIMENSÃO SOCIECONÓMICA

2.1 A DEFINIÇÃO DOS MALES NACIONAIS

O editorial do n.º 1⁶ resume as principais características da crise nacional e as suas causas.

Na linha do liberalismo crítico de Herculano e Oliveira Martins, as reformas liberais de Mouzinho da Silveira são consideradas «a nossa única Revolução, desde que se abriu a crise até hoje». Tal revolução consistiu em «libertar a agricultura» (e, com esta, as restantes actividades económicas) dos elos feudais, permitindo o aumento da produção e restringindo o «parasitismo». Mas estas reformas não criaram «as condições educativas do bem correspondente». Por

⁵ «Do intuito e natureza desta revista.»

⁶ Id.

isso sobreveio um longo período de guerras civis, sendo «o objecto de cada bando explorar em seu proveito a força do Estado e os seus dinheiros», e consolidou-se «a exploração do País por uma oligarquia político-financeira, diante de uma burguesia descontente, criada pelo regime que se implantara».

Desde então, todos os movimentos políticos — prossegue o mencionado editorial — falharam na resolução do problema nacional. Mesmo os governantes melhor intencionados não fizeram mais do que reformas parciais, «deitando aqui um remendo, além outro». De modo que continuou a «mesma viciosa estrutura económica e social», feita de uma «sceptica oligarquia», de trabalho «claudicante e parasitário», de «raqúitica produção», de «cegueira do povo ignaro», de «educação para parasitas», etc.

Segundo o editorial, o 5 de Outubro também falhou, devido ao «jacobinismo sedição e ideias puramente destrutivas» dos dirigentes republicanos e, sobretudo, à ausência de um «plano coerente de reformas, *fora de toda a preocupação de política partidária*». Teria também falhado o trabalho de criação de uma «opinião pública consciente» que pudesse dar apoio a «qualquer governo, de qualquer partido», desde que «honesto». A guerra colheu assim o País numa situação de «lutas mesquinhas e de profunda desmoralização»; e, em vez de suscitar um «movimento nacional», originou uma «desorganização» e uma «desinteligência» ainda maiores. De tudo isto decorriam, em princípios de 1918, perspectivas deveras assustadoras:

[...] a guerra duplicará a dívida pública, sendo-nos absolutamente impossível, com a nossa organização económica e moral, satisfazer esses encargos, obter o dinheiro necessário para os novos juros e amortizações. Sem uma mudança *imediate* de modo de vida, portanto, a derrocada é inevitável.

Este quadro tornar-se-ia ainda mais sombrio no fim da guerra, com a «perda dos mercados do inimigo» e a «concorrência mais fácil dos aliados». O desfecho de tal situação poderia inclusive levar à perda da independência nacional:

A alternativa é esta: ou *de dentro* (de nós) pelo esforço comum, ou *de fora*, pela pata estrangeira e numa cova, depois de algumas horas de pandemónio.

2.2 A REFORMA ECONÓMICA

Uma das maiores ameaças que pendiam sobre o País, finda a guerra, era, pois, a perda da independência nacional (económica e política). Para tal contribuiriam eventualmente a não angariação de recursos para pagar os juros da imensa dívida pública aos credores estrangeiros ⁷, a destruição da economia pela concorrência da indústria dos países «hegemónicos» ⁸ e a dependência perante o abastecimento externo de produtos agrícolas, energéticos e industriais ⁹. Outra ameaça de vulto eram as «revoluções» e «pronunciamentos», cuja origem radicava na insuficiência da produção agrícola (e na impossibilidade de o Estado poder «fazer viver» toda a grei, com os seus recursos financeiros), e na alta do custo de vida ¹⁰. Aliás, o valor das importações, que se previa iria aumentar substancialmente no fim da guerra, conduziria a um desequilíbrio ainda maior do défice externo, ao aumento da circulação fiduciária, à desvalorização do escudo e ao aumento «fantástico» dos preços ¹¹. As causas desta sombria evolução eram

⁷ Ezequiel de Campos, «Falencia», in *PG*, n.º 5.

⁸ Id., «A falencia económica», in *PG*, n.º 3.

⁹ Id., *ibid.*

¹⁰ Id., «Necessidade urgente de uma constituição económica», in *PG*, n.º 6.

¹¹ Entrevista a Barros Queirós, in *PG*, n.º 1.

a insuficiência da produção nacional e os enormes défices em quase tudo o que se consumia. Daí que a «salvação» e o «ressurgimento» passassem essencialmente pela resolução deste problema.

Ezequiel de Campos considerava que a insuficiência dos produtos do solo se devia exclusivamente ao facto de não se integrar «d'um modo productivo o Trabalho na Terra». Concretamente, os defeitos consistiam na má organização da actividade agrícola; no atraso tecnológico (ferramentas, fertilizantes, rega, etc.); no desaproveitamento de solos semiabandonados; e, sobretudo, num «arranjo defeituoso nas relações do trabalhador rural e do rendeiro com o proprietário das terras»¹². A isto somava-se uma deficiente tributação que, juntamente com a «extravagante protecção à cultura cerealífera», levava à falência da evolução agrária — falência que a política agrícola sidonista, muito favorável aos grandes proprietários do Sul (facilidades de crédito, alta dos preços dos cereais, etc.), não conseguia evitar¹³. Era sobretudo do desenvolvimento agrícola, e em particular do do Sul do País, que Ezequiel esperava o ressurgimento económico: no «integralmento profícuo da população do Sul na terra de feitiço alentejano, e na expansão das sobras demogenicas do Norte do paiz pela terra larga do Sul, estará a ressurreição d'este Lázaro que é Portugal»¹⁴. Mas o «interesse imediato» da grande propriedade agrícola era um obstáculo à introdução de reformas. Daí a necessidade de uma «pacífica revolução agrária».

A primeira medida da sua «Constituição Económica» era a remodelação do imposto predial rústico. Trata-se de um «novo arranjo», fundado «no imposto proporcional à superfície territorial, mais uma sobretaxa conforme a utilidade e a região das culturas». À partida, os únicos prejudicados seriam os grandes proprietários do Sul. Contudo, o objectivo não era esmagá-los pelo imposto, mas obrigá-los a aumentar, «equilibrar» e racionalizar a produção. Esta «revolução agrária» era ainda justificada pela necessidade de estabelecer «justiça no imposto» e de prover o Estado de recursos suplementares. A constituição económica propunha também a introdução de sistemas e processos de cultivo mais rendosos; o apoio do Estado, nomeadamente com facilidades de crédito e de vias de comunicação, tarifas ferroviárias «convenientes», etc.; o fomento das indústrias agrícolas (açúcar de beterraba, lacticínios, chocolate, etc.); finalmente, o revestimento florestal e a utilização racional do arvoredo. Algumas das medidas de fomento agrícola eram extensíveis às colónias¹⁵. Além destas reformas, insertas na constituição económica, Ezequiel propunha uma «profunda remodelação agrária», estabelecendo um outro «sistema de exploração da terra», especialmente no Sul, de modo que «uma parte dos trabalhadores rurais e dos ganhões tenha maior lucro de produção acrescida do que o simples salário ou soldada do costume»¹⁶. Trata-se do povoamento do Sul com pequenos e médios prédios agrícolas prósperos, intercalados nas herdades, devendo para isso proceder-se às devidas expropriações¹⁷.

Ezequiel reconhecia que a indústria portuguesa, privada nos anos da guerra da importação de máquinas, ferramentas e matérias-primas, havia «tentado» alguns «melhoramentos» e «ampliações». Todavia, não se preparara para produzir autonomamente os múltiplos artigos de que dependíamos do estrangeiro, pelo que o défice verificado em 1915 iria continuar¹⁸. A base da reestruturação

¹² Ezequiel de Campos, «Falencia», in *PG*, n.º 6.

¹³ Id., «Necessidade urgente de uma constituição economica», in *PG*, n.º 6.

¹⁴ Id., *ibid.*

¹⁵ Id., *ibid.*; ver também, pelo mesmo autor, «Subsidios para uma constituição economica», in *PG*, n.º 7.

¹⁶ Id., «Falencia», in *PG*, n.º 5.

¹⁷ Id., «Esboço de um programa de fomento» (1.º suplemento de *PG*), texto que reproduz a brochura, pelo mesmo autor, *A Evolução e a Revolução Agrária*, 1918.

¹⁸ Id., «Falencia», in *PG*, n.º 2.

industrial era a substituição imediata do carvão inglês e da lenha, de preços muito elevados, pela energia hidrelétrica, a qual faria baixar os custos dos transportes e das indústrias (química, cimentos, etc.), tornando-as assim mais competitivas¹⁹. Além disso, propunha a exploração e utilização máxima das matérias-primas agrícolas e dos recursos minerais do território português e das colónias, bem como a instalação de fábricas «racionalizadas» e rendáveis²⁰.

A estabilidade da economia e das finanças impunha uma valorização do comércio. Neste domínio, Ezequiel defendia a «construção seriada de navios portugueses por portugueses», de molde a termos transportes tão vantajosos como os estrangeiros, capazes de fazerem o comércio colonial. Defendia ainda uma maior penetração dos artigos nacionais nos mercados externos, através da acção de agentes comerciais dinâmicos, e a concretização de relações e tratados internacionais²¹.

No domínio financeiro, Barros Queirós²² preconizava o saneamento da circulação fiduciária, pela reforma do Banco de Portugal e pelo pagamento a este de grande parte da dívida do Estado. Para tal, o Estado devia contrair empréstimos, cujos encargos seriam pagos pelo lançamento de impostos «equitativos», que não piorassem a já precária situação dos «mais pobres», nomeadamente os pequenos comerciantes e industriais. A longo prazo, a solução para o défice e as perturbações financeiras passava pelo fomento produtivo e pelo aumento da riqueza, onde o Estado pudesse ir buscar receitas²³.

2.3 O SOCIALISMO

A política económica sidonista não favoreceu somente o «mundo agrário». O patronato industrial e comercial beneficiou da imposição da «ordem na rua» e da relativa contenção dos salários, o que evitou que o substancial aumento dos preços dos géneros agrícolas recaísse sobre ele; beneficiou também das facilidades de importação de matérias-primas e de manutenção de mercados. Muitos empresários e casas de *import-export* aproveitaram essas facilidades para se lançarem em actividades especulativas. Os lucros de guerra e os novos-ricos foram em parte o fruto dessa «febril movimentação comercial», que terá deixado muito atrás o alargamento das actividades industriais que igualmente se verificou²⁴. Nestas actividades se concentravam, *grosso modo*, aqueles a quem Reis Santos dava o nome de «audaciosos sem escrúpulos, politicamente, açambarcadores, especuladores, agiotas, falsificadores, *tutti quanti* que continuam a encher-se à custa da grande massa anónima»²⁵. Ezequiel de Campos, talvez com algum menosprezo da realidade, lastimava que estes sectores e a «lavoura do Sul» se não lançassem «em empresas que remodelam a nossa economia»²⁶. Contra esta oligarquia «egoísta» e «parasitária» havia que erguer, em nome do

¹⁹ Ezequiel de Campos, «Necessidade urgente de uma constituição económica», in *PG*, n.º 6.

²⁰ *Id.*, *ibid.*

²¹ *Ib.*, *ibid.*

²² Barros Queirós não era colaborador de *PG* nem membro da LAN. Porém, são da sua autoria os pontos de vista mais consistentes em matéria financeira surgidos na revista. Ver «entrevista a Barros Queirós» em *PG*, n.º 1.

²³ O projecto de modernização económica abrangia várias instituições. Por exemplo, o crédito bancário devia orientar-se para as iniciativas produtivas, e não para a «oligarquia mercantil» ou para as «garras do Estado»; à escola impunha-se uma grande remodelação, segundo o «princípio directivo do trabalho produtivo»; às bibliotecas públicas cumpria informar o industrial, o agricultor e o comerciante sobre os últimos progressos dos países desenvolvidos, etc.

²⁴ Ver Fernando Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, pp. 112-113.

²⁵ Reis Santos, «Uma nova oportunidade», in *PG*, n.º 2.

²⁶ Ezequiel de Campos, «O dinheiro da guerra», in *PG*, n.º 7.

ressurgimento português, a frente das «élites que trabalham». António Sérgio propunha claramente uma união entre o «intelectual que se não escraviza», o «operário» e o «médio burguês» (identificado com os «patrões industriais») ²⁷. Reencontramos aqui um tema grato ao nacionalismo antiliberal, para o qual a oposição de classes não era entre o proletariado e a burguesia, mas sim entre os «trabalhadores de todas as classes» e — conforme as variantes — o «capitalismo bancário», ou o «hipercapitalismo», ou ainda a «plutocracia comercial». Isto permitiria eliminar o parasitismo económico e a exploração social, sem prejudicar a unidade da Nação.

Esta reformulação dos termos do conflito tinha por objectivo canalizar o crescente potencial operário para a consciência da solidariedade nacional. Barrès opinava que a coesão nacional passava pela solução da questão social. O grupo de *PG* não pensava de modo diferente. O ressurgimento nacional exigia o desenvolvimento racionalizado das forças produtivas; mas este era inalcançável sem a realização da ideia de grei, e esta impunha a solução da questão social. O sistema produtivo e o apelo à harmonização dos interesses eram, por sua vez, susceptíveis de absorver a questão social.

O termo «sistema produtivo», enquanto factor de resolução da questão social, deve ser entendido num sentido amplo. De facto, as «classes superiores» eram frequentemente convidadas, não só a aumentar e rendabilizar a produção, como a abandonar o «egoísmo», isto é, a generalizar a «riqueza com maior justiça distributiva dentro dos princípios da propriedade» ²⁸. Isto porque «os bens pessoais imediatos se transformam com o tempo em perigosíssimas desvantagens quando se não conciliam com o interesse público e com a melhoria de situação das classes operárias» ²⁹. O grupo propunha assim ao patronato — os «dirigentes naturais» — uma pacífica contra-revolução preventiva, já que as aludidas «perigosíssimas desvantagens» eram claramente identificadas à «revolução anárquica» ou à «revolução bolchevique» — acreditando os redactores da revista que estas ameaças recrudesceriam no fim da guerra.

Naturalmente que também se apelava para o «bom senso» das classes trabalhadoras. Sérgio fazia ver-lhes que o «valor do salário» dependia da «iniciativa» empresarial e da «ordem» e que estas eram impensáveis sem o «atractivo da propriedade» e o abandono da «dispicienda e perturbadora» ideia da «luta de classes» ³⁰. Assim, não surpreende que na altura o horizonte socialista de Sérgio se quedasse por uma muito comedida admiração pelo trabalhismo inglês de Ramsay MacDonald ³¹.

2.4 ELITISMO, ANTIESTATISMO E WELFARE STATE

A revista insistia frequentemente na interdependência das diferentes funções da sociedade, para concluir que as reformas sectoriais deviam ser concebidas em termos de uma planificação global ³². Por outro lado, apesar de a direcção «natural» da economia pertencer às classes possidentes, o processo de reforma económica não podia prescindir do superior concurso das *élites* do «saber», em particular o próprio grupo de *PG* ³³. A este grupo competia dar o pontapé de saída de um desafio que, na sua formulação, era um autêntico modelo de acção política global.

²⁷ António Sérgio, «A escola portuguesa, órgão parasitário; necessidade da sua reforma sob a ideia directriz do trabalho produtivo», in *PG*, n.º 4.

²⁸ «Do intuito e natureza desta revista», in *PG*, n.º 1.

²⁹ «Da necessidade de as elites fazerem uma revolução pacífica», editorial do n.º 4 de *PG*.

³⁰ António Sérgio, «O morbo gaulês», in *PG*, n.º 5.

³¹ Id., «O relatório da sub-comissão do partido laborista inglês», in *PG*, n.º 4.

³² «Do intuito e natureza desta revista», in *PG*, n.º 1.

³³ Id., *ibid.*

Em primeiro lugar, havia que «fazer surgir da Nação uma ideia bastante nítida do problema nacional», ou seja, «conhecer as necessidades do País e elaborar o seu pensamento, para depois lho restituir já completo, coordenado e nitido, de maneira que a Nação encontrasse em nós a expressão consciente do seu próprio espírito, e nesta revista uma espécie de guia que ela a si mesma se ditasse»³⁴. Esta grandiosa tarefa exigia a abertura da revista a «especialistas» externos, que colaborassem com as suas «opiniões» e «alvitre». Desta acção sairia um núcleo de ideias que, devidamente repensadas, dariam corpo ao segundo momento do processo, isto é, um «conjunto sistemático de reformas». Vê-se assim que o plano, confiado à neutralidade das *élites*, não era a manifestação de interesses particulares, mas sim dos interesses de toda a grei. A propaganda das ideias e reformas proporcionaria a criação do terceiro momento: uma «opinião pública consciente», grupo restrito formado pela «élite social» de todos os sectores da actividade económica; entre outras funções, este grupo colaboraria com «qualquer governo», modo de preconizar a união entre os dirigentes das empresas (e eventualmente os dirigentes operários) e as altas esferas do executivo. A acção doutrinária desta «opinião pública consciente» contribuiria, juntamente com as *élites* intelectuais, para a formação de uma outra opinião, mais vasta, definida como uma «força moral na sociedade portuguesa, uma opinião pública, um tribunal, uma consciência da Grei». Finalmente, o quinto momento: o Governo, dispondo de uma colaboração competente, de um plano de reformas e de vasto apoio na opinião pública, dispunha também das condições mínimas para desencadear o processo de ressurgimento nacional.

O êxito deste modelo exigia outras condições políticas: a forma de governo republicano, pelo menos enquanto durasse a guerra; a aliança com a Inglaterra; a «verdadeira Democracia», liberta das «taras jacobino-demagógicas»; finalmente, um rigoroso espírito de comunidade.

As *élites* de PG, como *élites* «autênticas» que criam ser, colocavam-se a si próprias num espaço exterior em relação às contradições políticas e ideológicas das classes. As demais *élites* intelectuais deviam assumir idêntica postura. As *élites* sociais, às quais seria difícil exigir tanto, pedia-se somente que se imbuíssem de um forte espírito de comunidade, o qual haveria naturalmente de reger o comportamento da opinião pública e do Governo. Por fim, esta «acção política de todos» seria enquadrada por uma «força política organizada», «acima dos partidos», garante de uma «política nacional e de verdade», independentemente da coloração política dos governos. Em suma, tal como no nacionalismo antiliberal, repudiava-se e subalternizava-se o «clientelismo e partidarismo ineficazes»³⁵.

De tudo isto se infere uma determinada concepção do poder político instituído. Admite-se, em vários artigos, que o Estado possa estar em «antagonismo» com a Nação, ou então «escravizado» pelas oligarquias económicas³⁶. Mas, em ambos os casos, trata-se do resultado de uma anomalia ao nível das relações económicas e sociais. A situação desejável, possível e normal é que aquelas relações se não pautem por uma dominação dos interesses egoístas da oligarquia, o que não é incompatível com a «iniciativa» empresarial dos «dirigentes naturais», e que o Estado seja um mero «reflexo», naturalmente interclassista. Todavia, e o descrito modelo de acção política prova-o à saciedade, aquilo que o Estado reflecte é o compromisso nacional das *élites* sociais «que trabalham», inspiradas e guiadas pelas *élites* autênticas do saber, que analisam, planificam e doutrinam. Em breve, tudo leva a crer que o poder político é detido, em última análise, pela *élite* do saber, que possui as informações e os conhecimentos técnicos

³⁴ «Do intuito e natureza desta revista», in PG, n.º 1.

³⁵ Ver Georges Valois, *Révolution Nationale*, Paris, 1924.

³⁶ «Do intuito e natureza desta revista», in PG, n.º 1.

cos, além da honestidade e da independência. Esta análise e *programa* da estrutura do poder inscreve-se, *grosso modo*, na corrente europeia elitista da época; é inútil insistir no contributo de alguns sectores desta corrente na formação da doutrina fascista ³⁷.

Segundo os redactores de *Pela Grei*, o Estado português era tradicionalmente o «explorador» da Nação, porque «arranca muitíssimo ao País, em relação à capacidade económica deste». Além disso, era o «grande órgão do parasitismo lusitano», o que significa essencialmente duas coisas: o protecçãoismo pautal, que favorecia a inércia produtiva, a falta de competitividade e a produção de bens de má qualidade e elevado preço; e os gastos excessivos em actividades improdutivas, nomeadamente a empolada burocracia ³⁸. Também o desvio de créditos bancários para a «oligarquia mercantil» era tido por modalidade do parasitismo nacional. Em suma, o Estado privava o País de investimentos produtivos e empregava mal «essa soma exageradíssima». Porque, segundo Sérgio, o que caracterizava a «civilização moderna» era o avolumar das despesas consagradas à generalização da escolaridade, ao melhoramento dos serviços de saúde, à assistência aos «desprotegidos sociais», ao apoio à indústria, comércio, agricultura, obras públicas, minas e comunicações ³⁹.

Como é óbvio, este «intervencionismo» requeria a disponibilidade de importantes recursos; mas aqui surgia o obstáculo da elevadíssima dívida pública. A solução imediata, frequentemente proposta, era o acréscimo das receitas do Estado, pelo aumento dos impostos, o que parece contrariar a crítica ao Estado «explorador». Trata-se de impostos «equitativos», com particular incidência nas lucrativas actividades que não fomentavam o aumento da produção («grandes explorações», latifundiários, lucros de guerra, «divertimentos», etc.).

Tudo indica, pois, que o antiestatismo-intervencionismo de PG traduz o objectivo de inverter a redistribuição do rendimento; insurgia-se contra um elevadíssimo Orçamento que retirava excessivos recursos ao investimento produtivo e os utilizava em actividades que não favoreciam o crescimento económico racionalizado e as suas condições técnicas e sociais básicas. João Perestrelo, ao afirmar que o municipalismo, que defendia intransigentemente contra o «estatismo central», não era prejudicado pela estatização das riquezas do subsolo, mostra-nos que o antiestatismo, além de não se opor ao intervencionismo mencionado, podia facilmente redundar num estatismo ainda mais extremado ⁴⁰. Concluindo, formula-se uma via alternativa entre o «egoísmo» da «alta burguesia» e, digamos, o «socialismo de Estado», alternativa que consistia numa economia «controlada». Não se reclamava tudo do Estado, mas reclamava-se muito.

Sérgio insistia frequentemente na necessidade de organizar as instituições da democracia, de modo que a «competência dos especialistas» se combinasse com os representantes da opinião pública (o «político»). Reconhecia, seguindo aqui a via aberta por Hegel, que o Estado tecnocrático moderno carece de um corpo de especialistas competentes. Este corpo, além de vitalício no seu cargo, independentemente das flutuações políticas, devia «autocooptar-se» para utilizar uma expressão hoje em voga). Aliás, o «técnico», porque trabalhava a tempo inteiro e era competente, merecia «um bom ordenado», superior ao do «político», dado que este não tinha de «lidar nos pormenores de execução», e poucas

³⁷ Z. Sternhell não hesita em considerar a «teoria das *élites*» (Mosca, Pareto, Michels, etc.) como uma das precursoras do fascismo. (Ver *op. cit.*, pp. 343-346. Ver também nota 59 deste texto.)

³⁸ Ver, entre outros, Jaime de Magalhães Lima, «O Estado contra a Nação», in PG, n.º 3, e António Sérgio, «A escola portuguesa, órgão parasitário...», in PG, n.º 3.

³⁹ António Sérgio, «A escola portuguesa, órgão parasitário...», in PG, n.º 3.

⁴⁰ João Perestrelo, «Do regionalismo», in PG, n.º 3.

horas diárias se ocupava no cargo público, podendo «dedicar-se nas outras aos seus negócios particulares»⁴¹. Revela-se aqui uma sobrevalorização da função da tecnoburocracia, a qual se há-de interpretar como o efeito do reconhecimento da importância da legislação económica e do intervencionismo, a par da dificuldade em regulamentar os interesses sociais no quadro de um parlamentarismo votado a uma crescente instabilidade. Em suma, revela-se-nos a actualização do liberalismo sergiano, perante os novos dados estruturais do capitalismo da época, para lá das particularidades nacionais. De notar que estas, embora com algum atraso, se inscrevem já, em parte, na tendência geral europeia.

3. A DEFESA DO ESTADO FORTE

3.1 BREVE NOTA METODOLÓGICA

Muito daquilo que temos vindo a dizer sobre a revista *PG* tem o interesse — assim o esperamos — de mostrar que o grupo, de acordo com uma tendência então bastante generalizada, partilha de alguns elementos significativos elaborados pela «geração de 90» no âmbito da crise europeia de *fin-de-siècle*. No entanto, o paralelismo fundamentou-se numa identidade de certos temas esparsos, faltando nomeadamente uma visão da unidade estruturada das características fundamentais e específicas do novo nacionalismo antiliberal, único modo de levar a bom termo uma análise comparativa minimamente rigorosa, ainda que genérica. Com efeito, não basta dizer que o neonacionalismo se insurgia contra o individualismo «atomístico»; substituía o princípio da luta de classes pelo da solidariedade nacional; professava um socialismo nacional antimarxista; repudiava o partidarismo ineficaz; perfilhava uma concepção elitista da sociedade e do poder; e defendia o controlo da economia sem atacar a propriedade privada. E não basta porque a maioria dos temas invocados fazia de certo modo parte do património doutrinário comum da burguesia, numa época de profundos reajustamentos e crises de novas dimensões. Para dar um só exemplo, os mais conhecidos teóricos liberais ingleses e norte-americanos da primeira metade do século XX mantinham sérias reservas em relação ao individualismo, nem todos depositavam uma fé enorme nos partidos políticos, defendiam uma economia «controlada» e o *welfare state* e alguns deles chegaram a insurgir-se contra a concentração económica privada⁴².

A fim de evitar conclusões apressadas e distorcidas, há, pois, que reconsiderar o nacionalismo novo, na unidade estruturada dos seus temas fundamentais e específicos. Não cabendo aqui fazê-lo de forma exaustiva, contentemo-nos com algumas observações genéricas. Antes de o fascismo surgir como força política, após a primeira guerra mundial, já se encontravam elaborados pelos seus precursores, de forma bastante sistemática, os elementos essenciais da «síntese» fascista⁴³. As características principais das correntes precursoras podem talvez resumir-se ao seguinte:

- a) O *denominador comum* dos elementos *específicos* destas correntes é, de forma aproximativa, a oposição mais ou menos radical ao liberalismo e ao democratismo, a defesa da ditadura e, «no caminho», do totalitarismo e do despotismo;

⁴¹ António Sérgio, «Da opinião pública e da competência em Democracia», in *PG*, n.º 1.

⁴² Ver C. B. Macpherson, *The Life and Times of Liberal Democracy*, Londres, Oxford University Press, 1977, pp. 69-77.

⁴³ Ver Z. Sternhell, *op. cit.*, p. 333.

- b) Estes elementos surgem exacerbados em certas variantes, e algumas delas integram-lhes outros elementos *específicos*, tais como o anti-semitismo, o culto da violência e da agressividade e o anti-racionalismo;
- c) Muitos outros elementos, como, por exemplo, o nacionalismo, o anti-individualismo, o culto da *élite*, o corporativismo, o «intervencionismo», o municipalismo e o imperialismo, bastante frequentes nestas correntes, são, no seu significado genérico, comuns a outras famílias doutrinárias — pelo que só adquirem um sentido protofascista se surgirem integrados num bloco político-teórico «hegemonizado» pelos elementos específicos mencionados em a) e b).

Tentemos, à luz deste ponto metodológico, necessariamente abreviado, referenciar as formulações de *PG* que assumem carácter decisivo em termos do seu posicionamento perante o nacionalismo novo.

3.2 DO APOIO À OPOSIÇÃO AO SIDONISMO

O modelo de acção política adiantado por *PG*, acima descrito, mostra-nos que a solidariedade nacional partiria de uma pacífica iniciativa intelectual e propagandística, e não do «culto da violência». Também parece que aquele modelo é compatível com as liberdades e a democracia, ainda que despida de «taras jacobinas». Porém, estas observações arriscam-se a perder significado pelo facto de o mencionado modelo, e o projecto de ressurgimento, terem sido formulados no âmbito da ditadura sidonista, apostando-se inclusive nesta ditadura para a sua concretização. Dúvida que só se esclarecerá inteiramente se nos debruçarmos sobre a periodização do sidonismo ⁴⁴ e as sucessivas tomadas de posição da revista.

Os primeiros decretos da Junta Revolucionária foram suficientemente heterogéneos para agradar à maioria das forças apoiantes do golpe de 5 de Dezembro, inclusive as camadas trabalhadoras. Se exceptuarmos as retaliações contra o partido derrubado do poder, o sidonismo ainda não se manifestava então como um regime abertamente antiliberal e repressivo. Todavia, em finais de Dezembro, princípios de Janeiro, surgiram os primeiros decretos repressivos, que, embora visando o Partido Democrático, tinham efeitos sobre todo o corpo político. As forças ligadas aos democráticos reagiram então com o golpe de 8 de Janeiro de 1918. Derrotado este, seguiu-se a *tournee* de Sidónio pelo País, a qual testemunhou a enorme popularidade de que beneficiava, de norte a sul, nos campos e nas cidades. Pouco depois saiu o primeiro número de *PG*.

Num comentário à situação política ⁴⁵, Reis Santos congratulava-se com o tom «nacional» e apartidário dos primeiros discursos de Sidónio. Sem deslizar para o culto do «salvador», verificava com agrado o apoio de que Sidónio desfrutava da generalidade da população. O ministro do Interior, Machado Santos, que já apoiara a ditadura de Pimenta de Castro, merecia o elogio de «antigo e intrepido defensor do ideal republicano» ⁴⁶. É com simpatia que o comentarista descreve a prisão do presidente da República deposto, Bernardino Machado, e dos «partidários do governo transacto mais comprometidos», bem como a dissolução do Parlamento e outros actos repressivos da Junta Revolucionária. Reis Santos reconhecia que o Estado tardava em solucionar as «necessidades imperiosas», mas as causas disto eram o imobilismo da «élite ilustrada» e a «absorção

⁴⁴ Sobre o sidonismo seguimos sobretudo o livro de António José Telo *O Sidonismo e o Movimento Operário Português*, Ulmeiro, 1977.

⁴⁵ Reis Santos, «A oportunidade oferecida pelo 8 de Dezembro», in *PG*, n.º 1.

⁴⁶ De notar que o próprio Reis Santos fora designado para ministro da Instrução de um Governo que entraria em funções caso tivesse triunfado a revolta de 13 de Dezembro de 1916, liderada pelo mesmo Machado Santos. Ver o «falso» suplemento ao *Diário do Governo* de 13 de Dezembro de 1916.

do governo no problema da ordem», absorção motivada pela «oposição ameaçadora». A tónica recaía, contudo, no optimismo: de um lado, a Nação esperancada na nova situação política, na «*Vida Nova*», na organização «honesta» da República; do outro, a «*Vida velha*»: os interesses oligárquicos, as intrigas partidárias, os mesmos princípios teóricos que justificaram «todos os abusos». Claro que este tipo de discurso, muito generalizado no pensamento político «antijacobino» da I República, ditatorial ou não, também não é novo; remonta ao grande teórico do século XIX, o «cesarista» Oliveira Martins.

Após a derrota da revolta democrática de Janeiro de 1918, a repressão tornou-se cada vez mais directa e brutal, e não apenas para com os revoltosos. Em Fevereiro, o movimento grevista começou a ser duramente reprimido, além de contrariado pelo aumento substancial dos preços dos géneros básicos. O aparelho repressivo ia-se adaptando crescentemente à essência de uma política económica assente na diminuição do nível de vida das classes baixas. Daí que, em Março, o movimento operário tenha abandonado a «expectativa benévola» em que se mantivera até então.

A *tournee* de Janeiro mostrara que Sidónio era a única figura capaz de arbitrar os múltiplos interesses em presença no seio da sua coligação, de modo a reunir um consenso. O projecto de formar um partido de tipo novo, «nacional» e coeso, o Partido Nacional Republicano, assim como o de redigir uma nova Constituição, presidencialista e corporativista, respondiam a essa necessidade. A composição do Senado, órgão de representação dos interesses profissionais e provinciais, designava de forma clara o grande esteio do regime: o patronato rural e os monárquicos, a ele ligados. Os Partidos Unionista e Evolucionista, obviamente lesados por esta situação, passaram, a partir de fins de Fevereiro, a criticar frontalmente o regime, nomeadamente pelo seu antiliberalismo. Estes partidos boicotaram as eleições de 28 de Abril para as novas câmaras e para a presidência da República, das quais saiu naturalmente vencedor o PNR, seguido dos monárquicos. A própria burguesia republicana, cada vez mais insatisfeita com o peso crescente dos monárquicos no Estado e a política económica, ia pouco a pouco abandonando a adesão ao sidonismo, fenómeno responsável pelos inúmeros conflitos e dissidências no seio do PNR e pelo não funcionamento das câmaras. Em síntese, em finais de Abril, a inicial «solidariedade nacional» já não existia. Ora o segundo número de *PG*, impresso a 30 de Abril, revelava também uma clara desafeecção perante o regime.

Reis Santos, de novo comentando a situação política, criticava o poder por este não ter sabido lidar com os partidos que o apoiaram de início, por se ligar exageradamente a «outros partidos», por pretender «formar partido», por alimentar o «clientelismo» e a «corrupção»⁴⁷. Raul Proença, em artigo redigido em Fevereiro de 1918, acusava o poder de «faltar à verdade», de ser repressivo, de não ser nem o «democratismo» nem a «verdadeira Democracia», afirmando ainda não depositar quaisquer esperanças no sistema político⁴⁸. E as críticas iam-se somando, de número para número, a propósito dos mais variados sectores da vida nacional.

No n.º 5, o primeiro a ser publicado após a brutal vaga repressiva sobre a revolta democrática de 14 de Outubro e a greve nacional de meados de Novembro, o problema da ordem pública mereceu um certo destaque. O editorial, panfleto contra as forças mais direitistas do regime, considerava que a ordem, sendo «um dos elementos do bem público», não era «um bem em si», mas sim um meio para se atingir uma sociedade mais progressiva e justa; e, citando

⁴⁷ Reis Santos, «Uma nova oportunidade», in *PG*, n.º 2. Deste artigo consta também uma crítica difusa à política económica sidonista. Os artigos de Ezequiel de Campos referentes à questão económica são por igual críticas implícitas à política sidonista.

⁴⁸ Raul Proença, «O problema das bibliotecas em Portugal», in *PG*, n.º 3.

Cavour, afirmava que «o estado de sítio permanente é a maneira de governar dos imbecis»⁴⁹. Ezequiel de Campos insurgia-se contra «todo esse aparato pretoriano para a Ordem sem que a governação vá ao mesmo tempo resolutamente aplicar a cura salvadora àqueles males orgânicos da vida portuguesa»⁵⁰. Em suma, o grupo só apoiou o sidonismo enquanto este ainda não revelara ser uma ditadura, partidária e de «classe», «sobre os mecanismos políticos de representação e arbitragem do liberalismo tradicional»⁵¹. Porventura com alguma ambiguidade, timidez e demora, assumiu a defesa das liberdades e opôs-se ao «estado de sítio permanente».

Estas posições vêm confirmar a hipótese de que a solidariedade nacional, tal como a revista a concebia, pouco tinha a ver com o método totalitário, devendo antes resultar de métodos persuasivos⁵².

3.3 UMA DEMOCRACIA «MUSCULADA»

Dizia Sérgio que a democracia — o «regime em que os negócios públicos são fiscalizados pela opinião pública» — é uma «tendência irreversível» dos tempos modernos⁵³. Em Abril de 1919, quando o sidonismo já estava morto e enterrado, identificava a «salvação da comunidade» com a «consolidação da República» e com o «ideal da democracia republicana»⁵⁴. Porém, o seu conceito de democracia adequava-se a princípios e valores que, em geral, PG partilhava com o novo nacionalismo e que acima referimos.

Viu-se que o grupo, perante as dificuldades económicas do País e a necessidade urgente do ressurgimento nacional, preconizava o «controlo» da economia e o governo dos técnicos competentes. Sérgio apoiava inteiramente as seguintes considerações do francês Lysis: o maior problema do pós-guerra será a «reforma democrática», isto é, a conciliação dos «direitos sagrados do indivíduo proclamados pela Revolução» com um «governo forte»; a «democracia de velho tipo», governada por «uma oligarquia de políticos ignorantes, sonhadores ou charlatões», não tem valor; a democracia significa «acesso das pessoas de mérito ao poder», etc.⁵⁵. É óbvio que esta hostilidade perante os «políticos» tradicionais era simultaneamente uma crítica severa ao parlamentarismo e aos partidos. Reis Santos sublinhava que o «ressurgimento» não podia vir dos partidos políticos, precisamente por serem partidos — e de «carácter não nacional» — e por se insirem num constitucionalismo e numa república «avariados»⁵⁶. Trata-se, no fundo, de uma recusa da «desordem» da democracia liberal e de uma proposta político-institucional «forte», ou mesmo autoritária — temas que encontramos profusamente no nacionalismo oriundo da década de 90. Todavia, enquanto este se pronunciava, em geral, pela destruição total do Estado liberal, PG visava somente remodelá-lo. Sem pôr em causa a existência dos partidos políticos, fazia o culto do apartidarismo e mesmo do antipartidarismo. Sem propugnar a eliminação do parlamento político, opunha ao parlamentarismo o executivo

⁴⁹ «Dextrigrados e Sinistrigrados», in *PG*, n.º 5.

⁵⁰ Ezequiel de Campos, «A propósito do regresso dos heróis», in *PG*, n.º 5. Ver também, deste autor, «Crise política», *ibid.*, n.º 6.

⁵¹ Manuel Vilaverde Cabral, «A Grande Guerra e o sidonismo», in *Análise Social*, n.º 58, 2.ª série, pp. 373-392.

⁵² Quanto a esta posição, mas a um nível de análise diferente, a fê depositada por Sérgio naquilo a que chamava a «soberania luminosa da razão» é certamente um elemento pleno de consequências. Porém, são detectáveis algumas ambiguidades, patentes em expressões como «os chefes naturais» ou os «dirigentes naturais», ou ainda em (raras) passagens que denotam uma relativa permeabilidade perante princípios racistas, mas sem consequências significativas.

⁵³ António Sérgio, «Da opinião pública», in *PG*, n.º 1.

⁵⁴ *Id.*, «A função do político e a política nacional», in *PG*, n.º 7.

⁵⁵ *Id.*, «O morbo gaulês», in *PG*, n.º 2.

⁵⁶ Reis Santos, «Uma nova oportunidade», in *PG*, n.º 2.

forte e o parlamento económico; Sérgio, no mesmo artigo em que tecia dúvidas sobre a representatividade do Senado corporativo introduzido por Sidónio, declarava-se velho defensor da «representação profissional»⁵⁷. Subjacente a estas propostas, um profundo elitismo, aliás explicitamente assumido ao nível dos princípios fundamentais, o qual denunciava, naturalmente, uma enorme desconfiança perante a capacidade da «maioria» — desconfiança que teria de se reflectir na própria concepção de democracia.

Temos agora uma ideia global daquilo que une e diferencia o ideário político de *PG* relativamente ao nacionalismo autoritário. Por um lado, não se vislumbram nesse ideário o culto da violência e da força nem a «revolta» contra o racionalismo liberal, nem tão-pouco princípios anti-semitas, não obstante as ambiguidades mencionadas. Além disso, se é certo que se nos deparam, nas páginas da revista, o «culto da elite», juntamente com ataques aos partidos e ao parlamentarismo, bem como a defesa do Estado «forte» — elementos porventura onerados pela ambiguidade mantida em relação ao sidonismo —, não é menos verdade que, em geral, quer ao nível da «dimensão fundamental», quer ao da «dimensão operativa» da doutrina, se não ultrapassa a fronteira a partir da qual já não é de todo possível falar de liberalismo⁵⁸. Os diversos segmentos de filiação de *PG* no novo nacionalismo — do anti-individualismo ao socialismo «nacional», passando pelo nacionalismo, o corporativismo e outros elementos mencionados — devem ser avaliados na sua articulação àqueles elementos decisivos, se não quisermos amalgamar os conceitos e as práticas. Mas em tudo isto reside precisamente a ambiguidade global de certo liberalismo «actualizado»: sem aderir ao totalitarismo, ou mesmo a fórmulas «no caminho» do totalitarismo (em sentido lato), dá-lhe, no entanto, sérios argumentos. Na esteira de Umberto Cerroni, definimos noutro lugar, a título meramente indicativo, esta modalidade da modificação estrutural da doutrina liberal como um liberalismo «rendido», ou seja, não uma adesão ao totalitarismo, mas a formulação de perspectivas teóricas que dispõem o liberalismo para acolher o totalitarismo⁵⁹.

Esta, em suma, a «*doutrina republicana positiva*», obliteradora do «negativismo com que se formou a República» — como dizia Sérgio, tão tarde como Abril de 1919⁶⁰. E, talvez porque as forças políticas que encarnavam este «negativismo» regressaram então em pleno ao poder, Sérgio partiu pouco depois para o Brasil, numa espécie de exílio voluntário, e a revista não mais se publicou. Sublinhe-se que os dois últimos números conhecidos — os 6 e 7, impressos, respectivamente, a 18 de Março e a 20 de Maio de 1919 — só tiveram praticamente dois colaboradores: Ezequiel de Campos e o próprio Sérgio. Poucas semanas antes, em finais de Janeiro, um outro colaborador, Raul Proença, subira de armas na mão a Monsanto, ao assalto do bastião monárquico revoltoso.

Julho de 1981.

⁵⁷ António Sérgio, «Representação profissional», in *PG*, n.º 2.

⁵⁸ Referimo-nos, como é evidente, ao liberalismo actualizado, tal como se desenvolve na era de «capitalismo organizado».

⁵⁹ Artigo «Rendição da cultura liberal», in *Análise Social*, n.º 64, 2.ª série.

⁶⁰ António Sérgio, «A função do político e a política nacional», in *PG*, n.º 7.